



Edição Nº 8 Março e Abril de 2022

INFORMAÇÕES NACIONAIS

UGT está envolvida no processo de acolhimento de ucranianos

Numa antecipação à reunião de Concertação social agendada para esta tarde, o Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, afirmou à Antena 1, querer que os parceiros sociais participem no acompanhamento dos trabalhos a desenvolver pelos gabinetes criados pelo Governo para apoiar os refugiados ucranianos.

UGT preocupada com as condições laborais dos refugiados ucranianos

No final de reunião de concertação social, em declarações aos jornalistas, a Presidente da UGT, Lucinda Dâmaso, afirmou que a central sindical está preocupada com as condições laborais que vão ser apresentadas aos refugiados ucranianos que vêm trabalhar para Portugal.



Lançamento do Estudo UGT "O Sindicalismo e os Desafios da Formação Profissional"

A UGT, no âmbito da aprovação da sua candidatura n.º POISE-01-3726-FSE-000019, cofinanciada pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Portugal 2020 e União Europeia através do FSE (Fundo Social Europeu), está a realizar um estudo na área da formação profissional, intitulado "O Sindicalismo e os Novos Desafios da Formação Profissional", cujo objetivo principal remete para uma análise das várias dimensões problemáticas da formação profissional no quadro da realidade portuguesa.



Para o desenvolvimento do estudo, a UGT trabalhadores, formadores e entidades promotoras de formação a responderem a um breve questionário, em conformidade com a sua área de intervenção.

Q1 - TRABALHADORES:

<https://form.jotform.com/Associativismo/questionario-a-trabalhadores-estudo>

Q2 - FORMADORES: <https://form.jotform.com/Associativismo/questionario-a-formandos-estudo>

Q3 - FORMADORES E ENTIDADES PROMOTORAS DE FORMAÇÃO:

<https://form.jotform.com/Associativismo/questionario-formadores-entpromform>

Nota: Este questionário é anónimo e confidencial e as respostas serão exclusivamente utilizadas para fins académicos. A sua resposta é muito importante!

Carlos Silva reagiu à composição do novo Governo

O Secretário-geral da UGT Portugal elogiou a manutenção de Ana Mendes Godinho na pasta do Trabalho e sublinha como positivo o facto de o novo Executivo de António Costa ter mais mulheres.

Para o futuro, o líder sindical espera que o novo Governo responda às necessidades dos trabalhadores e que mantenha aberta a porta do diálogo social.

Ucrânia | UGT e os seus sindicatos fazem vários donativos em apoio ao povo ucraniano



A UGT e os seus sindicatos manifestaram a sua solidariedade com a Ucrânia, transferindo vários donativos para ajuda à população ucraniana, que continua a sofrer os efeitos de uma agressão injustificável e inaceitável por parte da Rússia, com contornos sociais e humanitários nunca antes vistos.

A UGT transferiu para a conta solidária SOLIDARITY FUND, aberta pela CES/CSI/PERC, com o apoio do Grupo dos Trabalhadores do CESE, o valor de 5 mil euros, como apoio à Confederação Sindical Ucraniana, no seu esforço de guerra para apoiar os trabalhadores e suas famílias refugiadas com aquisição de alimentos, mantimentos, deslocação e outros materiais de subsistência.

Entregou em mãos um cheque à Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Ana Jorge, no valor de 20 mil euros e numa cerimónia de homenagem ao povo ucraniano, o Secretariado Nacional da UGT anunciou, perante a embaixadora da Ucrânia em Portugal, Inna Ohnivets, a entrega de 6 mil euros à embaixada como sinal da mobilização do movimento sindical democrático e livre às populações civis indefesas, alvo de uma guerra injustificável.

Novo CCT da FNE e CNEF com fatores de grande valorização

A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) assinaram na manhã de 7 de abril, na sede da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), em Lisboa, a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular, Cooperativo e Profissional para 2022-2024,

Após um processo negocial que se estendeu por três meses, a FNE e a CNEF chegaram a um acordo de revisão do CCT com fatores de grande valorização, que vai abranger cerca de 600 escolas e 32 mil trabalhadores docentes e não docentes.

O presente acordo, que entra em vigor em 1 de setembro de 2022, consagra a instituição de uma só carreira para todos os docentes com habilitação profissional de grau superior para a docência, sejam eles do Ensino Particular, do Profissional ou do Ensino Profissional Artístico.

Programa Qualifica ultrapassa marco simbólico: mais de 100 mil adultos aumentaram a sua qualificação

Em fevereiro de 2022, o Programa Qualifica ultrapassou um marco importante: mais de 100 mil adultos melhoraram o nível de qualificação escolar ou profissional através do programa. Criado em 2017, o Programa Qualifica destina-se a proporcionar a adultos que não concluíram o 12.º ano de escolaridade ou uma qualificação profissional os meios e ferramentas para alcançarem esse objetivo. O Programa Qualifica conta atualmente com uma rede de 319 centros que cobrem a totalidade do território e que são promovidos por diversos tipos de entidades como escolas, centros do IEFP, câmaras municipais e associações empresariais. Estes centros prestam um serviço público personalizado aos adultos, permitindo que em função das características de cada pessoa, do seu passado escolar e profissional e das suas ambições e expectativas, seja definido o percurso de qualificação mais adequado a cada situação concreta. Além das 100 mil certificações que correspondem a um aumento do nível de qualificação das pessoas, o programa já permitiu fazer cerca de 800 mil certificações parciais.

ACELERADOR QUALIFICA | PROGRAMA QUALIFICA | Plano de Recuperação e Resiliência

Já está disponível o módulo “Acelerador Qualifica”, integrado na plataforma do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO). O Acelerador Qualifica é uma medida enquadrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e tem como objetivo incentivar o regresso dos adultos a processos de aprendizagem ao longo da vida que contribuam para a obtenção de uma qualificação escolar ou profissional.

A medida traduz-se na atribuição de um apoio financeiro a adultos que, através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) concluíam uma qualificação que estava incompleta ou progrediam na sua escolaridade ou qualificação profissional. O montante a atribuir a cada adulto corresponde a 1,25 do Indexante de Apoios Sociais (IAS), valor a atualizar anualmente durante o período de vigência da medida.

Com este incentivo pretende-se valorizar e incentivar o esforço dos adultos que tendo abandonado a escola sem concluir o 12.º ano ou uma qualificação profissional decidem regressar e apostar no aumento da sua qualificação. Até agora o RVCC era a única modalidade do Sistema Nacional de Qualificações que não tinha qualquer apoio financeiro associado. A possibilidade de aceder a apoios para fazer face a despesas com transportes, alimentação ou outras, já existente para as modalidades de formação, será um importante incentivo para trazer mais adultos pouco qualificados aos centros qualifica, contribuindo para a sua integração e para a melhoria das suas condições de vida.

A Meta, até 2025, é a de abranger 100 mil adultos e o Investimento total é de 55 M€.

Decreto-Lei n.º 39/2022 - altera o regime dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) reforçando a cooperação entre o ensino superior e o sistema de formação profissional, valorizando também o acesso ao ensino superior dos estudantes oriundos destas ofertas profissionais.

Através do presente Decreto-Lei, simplificam-se os procedimentos que conduzem e presidem ao funcionamento dos CET reforçando a natureza dos mesmos enquanto modalidade de educação e formação de dupla certificação de nível pós-secundário não superior que visa conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada. Com esta revisão, pretende-se que os CET se constituam como uma modalidade de formação especialmente dirigida à requalificação e reconversão profissional, ao aprofundamento das competências profissionais e à consolidação dos percursos de formação inicial, reforçando a qualificação profissional e as competências técnicas especializadas, e estimulando, ao mesmo tempo, o prosseguimento de estudos para o ensino superior. Neste sentido, clarifica-se que os CET obedecem aos referenciais de competências e de formação associados a qualificações de nível 5 do QNQ que integram o Catálogo Nacional de Qualificações. No que se refere aos destinatários, salienta-se que os CET passam também a abranger adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham concluído o nível básico de educação, e que estejam a frequentar uma das modalidades de educação ou formação ou um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, de nível secundário, ficando a obtenção de uma qualificação de nível 5 do QNQ no âmbito do CET condicionada à conclusão do nível secundário por parte do formando. A estrutura curricular, o modelo de organização e autorização de funcionamento desta modalidade passam a estar regulados em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do ensino superior, da educação e da formação profissional.

Nova Qualificação de Nível 4 do QNQ - Técnico de produtos biotecnológicos

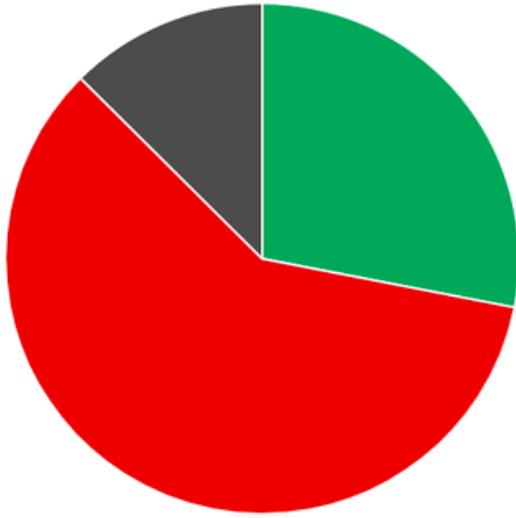
A ANQEP em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), no âmbito de uma parceria com a Zendal - grupo farmacêutico, a Câmara de Paredes de Coura e a EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, encontra-se a desenhar uma nova qualificação, de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), para integração no Catálogo Nacional de Qualificações (designada de Técnico de produtos biotecnológicos). O objetivo é responder a necessidades do tecido empresarial relacionadas com a produção de vacinas e outros produtos biotecnológicos, em Portugal. Neste âmbito, realizou-se no final da semana passada, nas instalações da Zendal em Porrino, em Espanha, uma visita à unidade de produção de vacinas, bem como uma reunião de trabalho no âmbito deste processo de atualização das qualificações do Catálogo e sua articulação com outros níveis de qualificação na área da Biotecnologia.



As Qualificações do CNQ

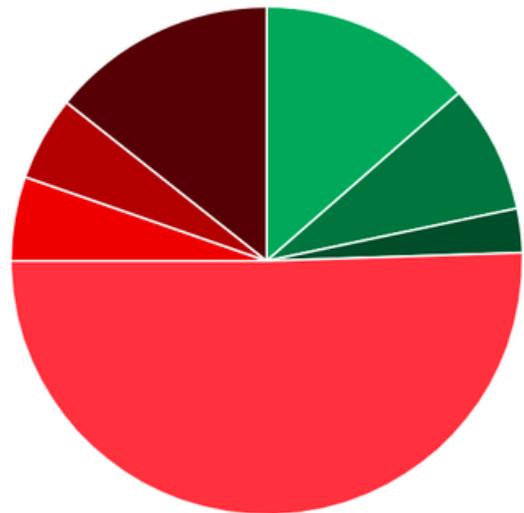
abril de 2022
Fonte: ANQEP

Nível de qualificação



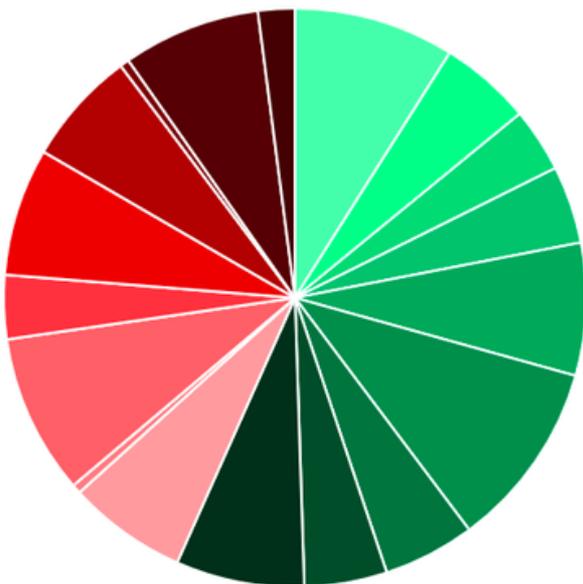
● Nível 2 ● Nível 4 ● Nível 5

Áreas de educação e formação



● Educação ● Artes e humanidades
● Ciências sociais, comércio e direito
● Ciências, matemática e informática
● Engenharia, indústrias transformadoras e construção ● Agricultura
● Saúde e proteção social ● Serviços

Conselhos Setoriais para a qualificação



● Cultura, Património e Produção de Conteúdos
● Artesanato e Ourivesaria ● Comércio e Marketing
● Serviços às Empresas ● Informática, Eletrónica e Comunicações
● Metalurgia e Metalomecânica ● Energia e Ambiente
● Indústrias Químicas, Cerâmica, Vidros e outras
● Transportes e Logística ● Agroalimentar ● Economia do Mar
● Moda ● Madeiras, Mobiliário e Cortiça
● Construção Civil e Urbanismo ● Saúde e Serviços à Comunidade
● Defesa e Segurança ● Turismo e Lazer ● Serviços Pessoais

A qualificação em números

Mais de
762 mil
inscrições no
Programa Qualifica

41%
dos jovens
em cursos de
dupla certificação

392
qualificações

319
Centros Qualifica

Livro Verde

sobre o futuro do trabalho 2021

A versão digital do Livro Verde sobre o futuro do trabalho 2021 é agora disponibilizada após uma consulta pública que decorreu até ao dia 22 de junho de 2021.

Assista aos Vídeos:

Divulgação do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho 2021;

Discurso da Ministra Ana Mendes Godinho no Seminário de Apresentação do Livro Verde ;

Discurso do SEATFP Miguel Cabrita Godinho no Seminário de Apresentação do Livro Verde;

Webinar de Apresentação do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho 2021;

Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho 2021_highlights
Fonte: GEP

Assista aos vídeos aqui:





Já está disponível o Boletim mensal NOESIS – Notícias da Educação – do mês de março.

Com o objetivo de partilhar e valorizar o que acontece na área da educação em Portugal, este Boletim oferece, mensalmente, uma seleção de notícias sobre eventos, iniciativas e projetos, legislação, publicações e estudos do que de mais relevante se faz neste domínio.

O boletim poderá ser subscrito através de mensagem de correio eletrónico enviada para boletimdge@dge.mec.pt.

Lançamento da Plataforma PORTUGAL FOR UKRAINE

O Governo português lançou a Plataforma “Portugal for Ukraine”, disponível no endereço www.portugalforUkraine.gov.pt.

A plataforma visa permitir a consulta das iniciativas desencadeadas pelas diferentes áreas governativas e congregar todas as respostas e ações em curso tendo em vista o apoio a pessoas deslocadas da Ucrânia, dentro e fora de Portugal, nas dimensões de ação internacional, do envio de apoio humanitário e da integração e acolhimento em Portugal.

A plataforma contém informação útil (com FAQ's) e contactos para apoio relacionados com a vinda para Portugal, transporte, documentação, emprego e formação, educação, saúde e habitação, incluindo também um formulário automatizado que direciona o pedido/oferta de ajuda para a entidade mais bem preparada para dar uma resposta eficiente.

Os conteúdos encontram-se atualmente disponíveis em português e inglês, devendo brevemente incluir também uma versão em ucraniano.

Integração de crianças e jovens ucranianos no sistema educativo português

Todos os cidadãos estrangeiros menores, legalizados ou não, com idades entre os 6 anos e os 18 anos, têm acesso à Educação com os mesmos direitos que a lei atribui aos menores em situação regular em território nacional.

Assim, as crianças e jovens provenientes da Ucrânia serão integrados no sistema de Educação, tão rápido quanto possível. Os moldes desta integração estão, naturalmente, a ser delineados a nível nacional, tendo em consideração os resultados das auscultações feitas a entidades que, pela sua natureza administrativa, pedagógica e cultural, possam contribuir de forma significativa para um processo ágil e simplificado de acesso à Educação.

No sentido de agilizar a integração de crianças e jovens beneficiários ou requerentes de proteção internacional, foram definidas medidas extraordinárias necessárias ao seu acolhimento nos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas (AE/ENA):

Simplificação de procedimentos na concessão de equivalências de habilitações estrangeiras e/ou posicionamento e inserção num dado ano de escolaridade e oferta educativa;

Integração progressiva no currículo português e reforço da aprendizagem da língua portuguesa;

Constituição de equipas multidisciplinares de acordo com os recursos existentes, com a missão de propor e de desenvolver estratégias adequadas às situações concretas;

Ação Social Escolar.

Foi igualmente equacionado um modelo de receção/integração que compreende dois cenários:

1. Em contexto escolar.

- Integração progressiva no sistema educativo português, com frequência, numa fase inicial, das disciplinas que a Escola considere adequadas;
- Reforço da aprendizagem da língua portuguesa enquanto língua não materna e o seu desenvolvimento enquanto língua veicular de conhecimento para as outras disciplinas do currículo;
- Apoio de equipas multidisciplinares da Escola.

2. Fora do contexto escolar:

- Integração em ambiente escolar de forma progressiva, de acordo com o diagnóstico sociolinguístico e em moldes a articular com os estabelecimentos de ensino;
- Aprendizagem da língua portuguesa enquanto língua não materna (assegurada pelo AE/ENA de referência);
- Acompanhamento por equipa multidisciplinar no centro de acolhimento, constituída por docentes/técnicos especializados, psicólogos, assistentes sociais, intérpretes, monitores, entre outros.

Capacitação Digital das Escolas: Apoio e Monitorização do Trabalho em Curso



Eventos Regionais

No âmbito da Iniciativa Capacitação Digital das Escolas, a Direção-Geral da Educação promoveu um conjunto de ações, que incluem 5 eventos regionais, que decorreram durante o mês de março, em diversos locais do país.

Destinados a Embaixadores Digitais (ED), Diretores dos Centros de Formação e Associação de Escolas (CFAE) e aos elementos que integram as Equipas de Desenvolvimento Digital (EDD) das escolas, os eventos regionais Capacitação Digital das Escolas: Apoio e Monitorização do Trabalho em Curso têm como objetivos, entre outros:

- Promover o contacto com especialistas na área das competências digitais;
- Estimular a reflexão conjunta entre os diversos participantes;
- Estabelecer contacto com práticas de referência na implementação dos PADDE (Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola)
- Consolidar estratégias de implementação, acompanhamento, monitorização e avaliação dos PADDE.

Todos os cidadãos estrangeiros menores, legalizados ou não, com idades entre os 6 anos e os 18 anos, têm acesso à Educação com os mesmos direitos que a lei atribui aos menores em situação regular em território nacional.

Assim, as crianças e jovens provenientes da Ucrânia serão integrados no sistema de Educação, tão rápido quanto possível. Os moldes desta integração estão, naturalmente, a ser delineados a nível nacional, tendo em consideração os resultados das auscultações feitas a entidades que, pela sua natureza administrativa, pedagógica e cultural, possam contribuir de forma significativa para um processo ágil e simplificado de acesso à Educação.

No sentido de agilizar a integração de crianças e jovens beneficiários ou requerentes de proteção internacional, foram definidas medidas extraordinárias necessárias ao seu acolhimento nos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas (AE/ENA):

Simplificação de procedimentos na concessão de equivalências de habilitações estrangeiras e/ou posicionamento e inserção num dado ano de escolaridade e oferta educativa;

Integração progressiva no currículo português e reforço da aprendizagem da língua portuguesa;

Constituição de equipas multidisciplinares de acordo com os recursos existentes, com a missão de propor e desenvolver estratégias adequadas às situações concretas;

Ação Social Escolar.

Foi igualmente equacionado um modelo de receção/integração que compreende dois cenários:

1. Em contexto escolar.

- Integração progressiva no sistema educativo português, com frequência, numa fase inicial, das disciplinas que a Escola considere adequadas;

- Reforço da aprendizagem da língua portuguesa enquanto língua não materna e o seu

desenvolvimento enquanto língua veicular de conhecimento para as outras disciplinas do currículo;

- Apoio de equipas multidisciplinares da Escola.

2. Fora do contexto escolar:

- Integração em ambiente escolar de forma progressiva, de acordo com o diagnóstico sociolinguístico e em moldes a articular com os estabelecimentos de ensino;

- Aprendizagem da língua portuguesa enquanto língua não materna (assegurada pelo AE/ENA de referência);

- Acompanhamento por equipa multidisciplinar no centro de acolhimento, constituída por docentes/técnicos



A LeYa Educação, em colaboração com a RANOK Publishing House, a principal editora escolar na Ucrânia, já tem disponível, em ucraniano, de forma totalmente gratuita e na sua plataforma Aula Digital, os manuais escolares desta editora.

Esta iniciativa, divulgada pela editora Leya em https://nlstore.leya.com/aula_digital/2022/NL_ukraine.html, pretende proporcionar às famílias ucranianas recém-chegadas a Portugal, às famílias de acolhimento e aos professores portugueses instrumentos para apoiar as crianças ucranianas no desenvolvimento das suas aprendizagens.

O acesso é gratuito, mediante um registo, para o qual a editora disponibiliza instruções em inglês e em português, bem como o link de acesso à plataforma.

Contacto para esclarecimento de dúvidas: apoio@leyaeducacao.com



No ano em que se encontra a comemorar o seu 30.º aniversário, a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) convidou todos os estabelecimentos de educação e ensino a celebrar o Dia Nacional da Segurança Infantil (DNSI) no dia 23 de maio. Esta ação contou com o apoio da Fundación Mapfre e destina-se ao público escolar.

As iniciativas propostas visaram a promoção da segurança infantil, brincadeira ao ar livre e mobilidade suave e ativa, a pé ou sobre rodas (bicicleta, patins, skate...), em consonância com a missão da APSI - garantir que as crianças cresçam num ambiente saudável que lhes permita brincar livremente, de forma segura e autónoma - e são as seguintes:

- Ruas que Brincam
- Incubadora do Brincar
- Campanha #aruaéminha

Mais informação disponível em: <https://www.apsi.org.pt/index.php/pt/>

Prevenção das Dependências online de Crianças e Jovens Apoio da Delta Cafés



A Direção-Geral da Educação acaba de lançar, no âmbito do Centro de Sensibilização SeguraNet, a 3.ª Campanha de Pacotes de Açúcar, com o apoio da Delta Cafés.

São nove as situações apresentadas sobre a prevenção das dependências online de crianças e jovens. Esta campanha nacional, que contém imagens da autoria do ilustrador Nelson Martins, segue a linha gráfica da campanha “Férias: um lugar tecno saudável!”, que visa sensibilizar crianças e jovens para o uso saudável da tecnologia durante o período das férias escolares.

A campanha de pacotes de açúcar, dirigida a pais/encarregados de educação, a todos os agentes educativos e a todas as famílias, tem a colaboração do Professor Daniel Sampaio, da Professora Ivone Patrão e o apoio da Geração Cordão e do Instituto de Apoio à Criança.

Esta campanha contou, ainda, com a colaboração da embaixadora eTwinning, professora Elisabete Fiel.

Mais informações na página da campanha.

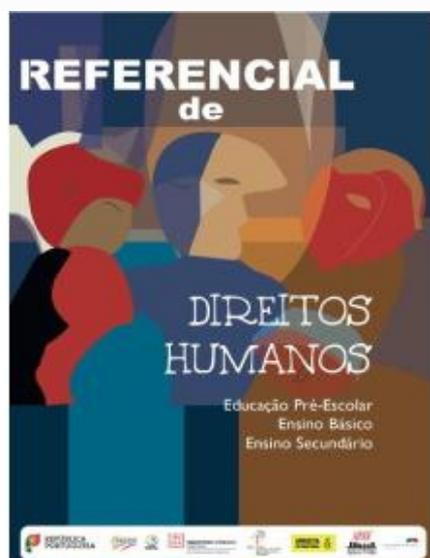
O Referencial de Educação Para os Direitos Humanos foi elaborado numa parceria entre a Direção-Geral da Educação (DGE), a Amnistia Internacional, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e a Procuradoria-Geral da República, tendo sido constituída uma equipa com elementos das referidas entidades.

O Referencial de Educação Para os Direitos Humanos integra um conjunto de direitos e deveres que devem fazer parte da formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática.

O Referencial, de natureza flexível, não prescritivo, pode ser usado em contextos muito diversos, no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal da Educação para a Cidadania, através do desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social das crianças e dos jovens.

O documento pode ser consultado aqui:

https://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_Direitos_Humanos/documentos/referencial_direitos_humanos_cp.pdf



INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

OCDE lança o Relatório Educação Inclusiva em revista: perspetiva geral sobre Portugal

A OCDE acaba de lançar o estudo avaliativo sobre a implementação do regime jurídico da educação inclusiva, com vista à sua melhoria contínua. Recorde-se o regime jurídico da Educação Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), cujo artigo 33.º prevê o acompanhamento, monitorização e avaliação da sua implementação. Deste modo, o relatório produzido pela OCDE analisa a promoção da educação inclusiva em Portugal com base nas políticas e práticas nas áreas de governação, recursos, capacitação, intervenções a nível escolar e monitorização e avaliação.

Aceda ao relatório aqui:

https://www.oecd-ilibrary.org/education/review-of-inclusive-education-in-portugal_a9c95902-en



Apresentar soluções para os jovens: Como os governos podem colocar os jovens no centro da recuperação

Os governos da OCDE estão a investir recursos significativos para lidar com os efeitos imediatos e de longo prazo da pandemia de COVID-19. Tendo a crise afetado diferentes faixas etárias de formas diversas e que suas repercussões serão sentidas por muitos nas próximas décadas, é crucial adotar uma abordagem integrada de governança pública para os esforços de resposta e recuperação da COVID-19. Este resumo de política apresenta os pontos de vista de uma amostra não representativa de 151 organizações juvenis de 72 países, incluindo 100 organizações juvenis baseadas em 36 países da OCDE, sobre como os jovens estão a enfrentar a crise e a ação governamental relacionada. É complementado por uma análise das medidas adotadas em 34 países da OCDE e apresenta recomendações sobre como conseguir uma recuperação justa, inclusiva e resiliente para os jovens, através de uma série de abordagens de governança pública.

Aceda à reflexão aqui:

<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/delivering-for-youth-how-governments-can-put-young-people-at-the-centre-of-the-recovery-92c9d060/>



Aproveitar a orientação profissional dos adultos para reconstruir melhor

A recuperação da pandemia de COVID-19 irá provavelmente desencadear a realocação de empregos entre setores e ocupações e, com isso, a necessidade de fornecer orientação e aconselhamento profissional a adultos que precisam de qualificação e requalificação. Mas a crise também resultou numa mudança repentina em grande parte da provisão de orientação profissional, de uma abordagem pessoal para o remoto. Este sumário de políticas descreve o impacto da pandemia na oferta e procura de orientação profissional, documenta os esforços dos países na manutenção da prestação de serviços de orientação profissional durante os confinamentos e explora a necessidade de ampliação da orientação profissional no futuro. Dada a importância da orientação profissional para manter as competências dos trabalhadores relevantes e melhorar a correspondência entre a procura e a oferta de competências, este resumo também apresenta orientações políticas para melhorar a sua cobertura, utilização e qualidade.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/leveraging-career-guidance-for-adults-to-build-back-better-ab7e7894/>

Eliminar a divisão da educação

Tornar os professores fortes para as escolas que mais precisam deles



Os professores podem moldar as carreiras educativas dos seus alunos. Diferentes pesquisas mostram que as crianças ensinadas por professores diferentes geralmente obtêm resultados muito diferentes. Isso levanta as questões: de que forma os professores são atribuídos às escolas em diferentes países? E até que ponto os alunos de diferentes origens têm acesso a bons professores? Com base na literatura que identifica as características e práticas de ensino que impulsionam o desempenho dos alunos, este relatório mostra como professores com diferentes características e práticas tendem a concentrar-se em diferentes escolas e que tipo de acesso os alunos com diferentes origens socioeconómicas têm a bons professores. Aponta ainda os aspetos de diferentes sistemas educativos que influenciam a forma como os professores são alocados nas escolas. O relatório também discute as consequências que os sistemas desiguais de alocação de professores têm nos resultados educativos dos alunos.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.oecd.org/education/talis/mending-the-education-divide-92b75874-en.htm>



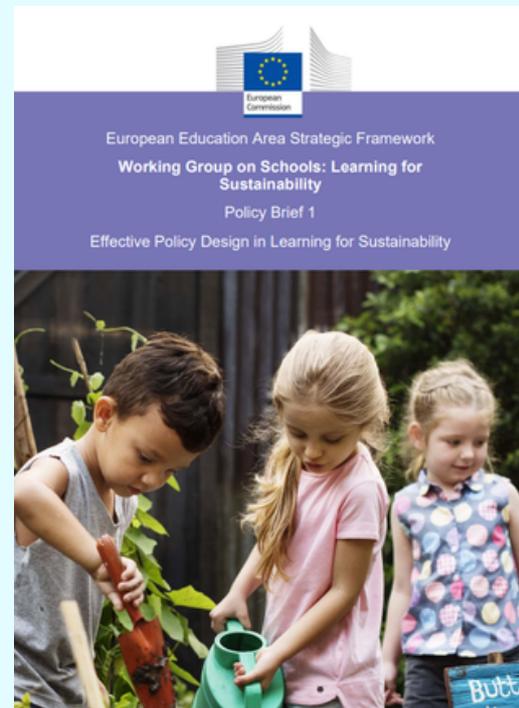
Comissão Europeia

Grupo de Trabalho sobre Escolas: Aprendizagem para a Sustentabilidade - Resumo da política 1: Desenho de políticas eficazes na aprendizagem para a sustentabilidade

Este documento apresenta um resumo das medidas e práticas eficazes de desenho de políticas identificadas num workshop do Grupo de Trabalho sobre Escolas: Aprendizagem para a Sustentabilidade da Comissão Europeia, que ocorreu no Congresso Mundial de Educação Ambiental (WEEC) em Praga, a 16 de março de 2022.

Aceda aqui ao documento:

<https://education.ec.europa.eu/document/working-group-on-schools-learning-for-sustainability-policy-brief-1-effective-policy-design-in-learning-for-sustainability>

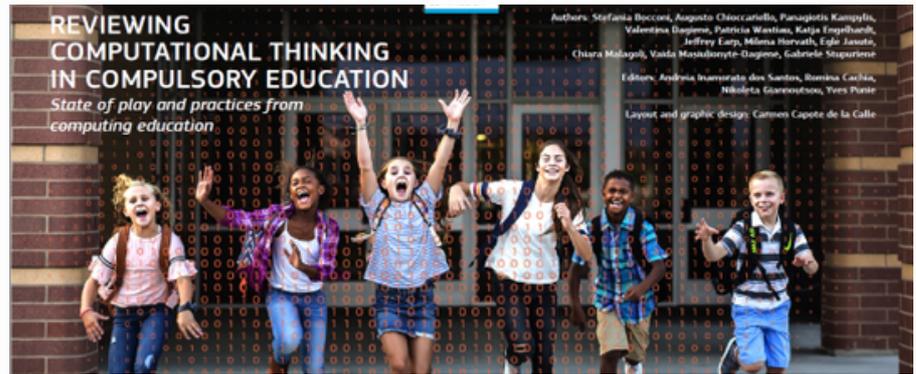


Impacto da COVID-19 na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no contexto da dupla transição Metadados de publicação

A pandemia da COVID-19 é uma crise global que demonstrou como as sociedades, os sistemas humanos e os sistemas ambientais se encontram interconectados. É um exemplo de desafio de sustentabilidade de resposta a uma crise e de como nos prepararmos para as consequências desta e de futuras crises. Este relatório concentra-se num sistema humano – o da educação, as mudanças e o papel potencial que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD) fez ou poderia ter feito. O relatório analisa os desafios e oportunidades criados pela pandemia, tendo em conta, sempre que possível, a dupla transição da economia da UE – digital e verde, bem como outras iniciativas e políticas relevantes da UE. Outras considerações foram iniciativas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Objetivos Estratégicos da UNESCO 2020-2030 para a Educação e para o Desenvolvimento Sustentável (ESD).



Rever o pensamento computacional na escolaridade obrigatória



A Comissão Europeia divulgou, através do Joint Research Centre Publication Office, o relatório *Reviewing Computational Thinking in Compulsory Education*.

Aceda ao relatório através do link:

<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC128347>

O documento em apreço, uma versão mais atualizada e completa do estudo acerca do Pensamento Computacional realizado em 2016 pela Comissão Europeia, aborda os avanços significativos que têm ocorrido na integração do Pensamento Computacional na escolaridade obrigatória na Europa, entre 2016 e 2021. Para além disso, este relatório não só apresenta uma panorâmica atual daquilo que ocorre em 22 Estados-Membros da União Europeia (EU) e em 8 países não pertencentes à UE, como disponibiliza, entre outros, onze recomendações de políticas e de práticas a adotar.

O *Reviewing Computational Thinking in Compulsory Education* adquire especial relevo num momento em que diversos países europeus têm vindo a incluir alguns conceitos básicos das Ciências da Computação nos seus currícula, contribuindo para o desenvolvimento de competências na área do Pensamento Computacional. Acrescente-se, ainda, o incentivo proveniente da Comissão Europeia, através do Digital Education Action Plan 2021-2027, onde a Educação Computacional de qualidade é considerada como elemento-chave da prioridade “Melhorar as competências digitais tendo em vista a transformação digital.”

Rumo às normas europeias de monitorização e avaliação de sistemas e serviços de orientação ao longo da vida (Vol. I)

Esta publicação reúne os resultados de um call for papers sobre acompanhamento e avaliação de sistemas e serviços de orientação profissional, adotando a perspetiva de apoio ao desenvolvimento de carreiras e aprendizagem.

Alguns especialistas foram convidados a apresentar as suas visões sobre a situação atual, com foco nas opções metodológicas disponíveis para monitorar e avaliar serviços de orientação e desenvolvimento de carreira para adultos. Este volume apresenta seis trabalhos de investigação cobrindo uma variedade de abordagens metodológicas existentes e propostas e revisões aprofundadas de trabalhos anteriores, identificando lacunas e considerando soluções. O relatório está enquadrado num projeto maior que visa explorar a viabilidade de se alcançar uma visão integrada dos resultados das intervenções de orientação e estabelecer padrões mínimos para monitorização e avaliação comparáveis de serviços de orientação e aconselhamento de carreira para adultos na Europa, numa perspetiva ao longo da vida.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications/6209>



Documento de programação 2022-24

A estratégia renovada do Cedefop permitirá à Agência contribuir para os esforços da UE no sentido de desenvolver e reter competências e talentos, para que a União possa cumprir os seus objetivos a longo prazo.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications/4207>



Documento de trabalho da OIT 49

Como reforçar os sistemas informais de aprendizagem para um futuro melhor do trabalho?: Lições aprendidas com a análise comparativa de casos de países

Este documento de trabalho realiza um meta-estudo sobre aprendizagem informal em países em desenvolvimento. Faz uma comparação entre os resultados da investigação a nível nacional realizada pela OIT e outras entidades nos últimos 15 anos para esclarecer melhor os sistemas de aprendizagem na economia informal. Discute as características e práticas dos sistemas informais de aprendizagem, a sua capacidade de resposta aos direitos do trabalho e a eficácia desses sistemas relativamente a diferentes critérios, como desistências, qualidade da formação e transições para o emprego. A análise é complementada por um número selecionado de estudos de caso de países que descrevem e avaliam as políticas e programas, que foram introduzidos nos últimos anos para reforçar e atualizar os sistemas de aprendizagem na economia informal. Os resultados visam melhorar a compreensão deste sistema de formação complexo, heterogêneo, mas autossustentável, na economia informal, visando debates baseados em evidências e o diálogo político entre os constituintes da OIT e outros.

► How to strengthen informal apprenticeship systems for a better future of work?

Lessons learned from comparative analysis of country cases

Authors / Christine Hofmann, Markéta Zelenka, Boubakar Savadogo, Wendy Lynn Akinyi Okolo

Aceda ao documento aqui:

https://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_837761/lang-en/index.htm

Documento de trabalho da OIT 50

Trabalho coletivo para jovens: riscos e oportunidades

Nos últimos anos, o *crowdworking* emergiu como uma fonte de emprego em rápido crescimento, em especial entre os jovens. Este artigo analisa os determinantes dos rendimentos dos *crowdworkers*, concentrando-se no motivo pelo qual estes jovens auferem salários por hora significativamente mais elevados do que os seus colegas mais velhos. O artigo demonstra que isto se deve aos maiores retornos da experiência para os trabalhadores mais jovens. A escolaridade não explica esse diferencial com base na idade, pois a educação é um fator insignificante na determinação dos ganhos dos trabalhadores coletivos. As razões pelas quais as mulheres jovens ganham cerca de 20% menos do que os homens, apesar da contratação cega, também são analisadas. Isso é explicado, em parte, pelas restrições de tempo de trabalho enfrentadas por mulheres com filhos. A análise também mostra que o trabalho coletivo “livremente escolhido” – em oposição ao trabalho coletivo dos jovens, devido à falta de oportunidades alternativas de emprego – conduzindo a níveis mais elevados de satisfação no trabalho. No entanto, os jovens *crowdworkers* de países com médias salariais mais baixas auferem menos do que seus pares em países de salários elevados, mas relatam níveis mais altos de satisfação no trabalho. Isso é inteiramente atribuível à menor qualidade das suas opções fora do *crowdwork*.

► Crowdwork for young people Risks and opportunities

Authors / Niall O'Higgins, Luis Pinedo Caro

Aceda ao documento aqui:

https://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_837670/lang-en/index.htm